

A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal

Ângela Cristina Salgueiro Marques¹
Simone Maria Rocha²

Este artigo revela como as relações comunicativas geradas pelo grupo focal podem evidenciar dimensões da experiência cotidiana relacionadas à construção de identidades, à ação política e ao questionamento de representações midiáticas. De maneira a evidenciar nosso principal argumento, exploramos um caso empírico específico: a recepção dos quatro episódios do primeiro ano da Série *Cidade dos Homens* (Globo, 2002) em grupos focais realizados com adolescentes que moram em favelas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Palavras-chave: grupo focal, recepção, adolescentes.

The production of meaning in the contexts of reception: focusing focus groups. This paper shows how the communicative relations generated in focus groups can disclose dimensions of everyday experience related to identity construction, political action, and questioning of media representations. In order to clarify our main argument, focus groups were made with teenagers who live in slums of Rio de Janeiro and Belo Horizonte to observe and analyse the reception of the four episodes of *Cidade dos Homens* (City of Men) first season (Globo, 2002).

Key words: focus group, media reception, teenagers.

*En este artículo se revela cómo las relaciones comunicativas generadas por el grupo focal, pueden evidenciar dimensiones de la experiencia cotidiana relacionadas con la construcción de identidades, la acción política y el cuestionamiento de representaciones mediáticas. Para evidenciar el argumento principal de este trabajo, se explora un caso empírico específico: la recepción de los cuatro episodios del primer año de la serie *Cidade dos Homens* (Ciudad de los Hombres) (Globo, 2002) en grupos focales realizados con adolescentes que habitan en favelas de Rio de Janeiro y Belo Horizonte.*

Palabras-claves: grupo focal, recepción, adolescentes.

¹ Mestra em Comunicação Social pela UFMG. Atualmente doutoranda em Comunicação Social e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG.

² Professora Adjunta e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social UFMG.

Introdução

Os grupos focais são basicamente entrevistas em grupo, cujo foco principal reside na interação do grupo, e não no mero intercâmbio de perguntas e respostas entre o pesquisador e os integrantes do grupo. A interação entre os membros do grupo está baseada em tópicos específicos que são trazidos pelo pesquisador que geralmente assume o papel de moderador do grupo (Morgan, 1997, p. 2)³. Desse modo, nos grupos focais há o uso explícito da interação de grupo para produzir material de análise e *insights* que seriam menos acessíveis de outro modo. Segundo David Morgan, a interação gerada no encontro de experiências e vozes singulares é a fonte de dados do pesquisador, fazendo com que o método se auto-sustente.

O que há de específico na técnica dos grupos focais?⁴ Morgan salienta o efeito de grupo, ou seja, o fato de que “os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca” (1997, p. 139). Essa habilidade de observar a extensão e natureza do acordo e desacordo entre os participantes é algo único do grupo focal.

Os grupos focais provêem a oportunidade de observar os participantes conduzindo seus próprios testes discursivos, negociando sentidos, confirmando ou desafiando modos apropriados de percepção. (...) Eles

podem revelar premissas cognitivas ou ideológicas que estruturam argumentos, os modos como vários discursos estão enraizados em contextos particulares e experiências específicas são trazidas à tona nas interpretações que marcam a construção discursiva das identidades sociais (Lunt e Livingstone, 1996, p. 88 e 96).

Nossa intenção neste artigo é mostrar como o grupo focal pode ser visto não apenas como uma metodologia qualitativa de pesquisa, mas como uma mediação capaz de incentivar a produção de sentido em situações de recepção coletiva e evidenciar processos políticos de questionamento de representações, formação e sustentação de identidades, reconhecimento, legitimidade e inserção das questões levantadas por grupos marginalizados na esfera pública.

Pretendemos também, construir uma análise mais complexa da recepção que parte do pressuposto, amplamente difundido e corroborado por diversas pesquisas (Fiske, 1994; Lopes *et al.*, 2002; Jacks, 1999; Gomes, 2005) segundo o qual a recepção é socialmente construída e diferenciada, mas que procura avançar para além dessa idéia do receptor ativo e articulá-la com práticas político-culturais que motivam lutas por respeito e reconhecimento social a partir do universo simbólico difundido pelos *media*, sobretudo quando estes veiculam representações de grupos de sexualidade estigmatizada, moradores de favela, negros, dentre e outros. No nosso entendimento, a recepção e interpretação coletiva dessas

³ O grupo é focado no sentido que envolve algum tipo de atividade coletiva, como ver um filme, examinar uma mensagem ou simplesmente debater um conjunto específico de questões. A grande maioria dos autores é unânime ao afirmar que o grupo deve ser composto por seis a dez participantes, tendendo a uma homogeneidade com relação à idade, sexo, classe social, etc. O pesquisador pode trabalhar com grupos preexistentes ou selecionar os participantes de modo aleatório; ele deve realizar quantos grupos julgar produtivo para a pesquisa, sem desconsiderar um “ponto de saturação”, que ocorre quando as histórias e depoimentos começam a se repetir. Afinal, a utilização dessa técnica prima pela qualidade das discussões e relações construídas em um pequeno espaço de tempo (entre uma e duas horas, por exemplo) e não pela quantidade. Para uma discussão mais detalhada, ver Morgan (1997).

⁴ As “entrevistas em grupo” foram muito utilizadas por pesquisadores da Escola Norte-Americana desde 1926, sendo intensificada na época da Segunda Guerra Mundial de modo a examinar o grau de persuasão da propaganda e a efetividade dos materiais de treinamento para as tropas. Nos anos 1940, Paul Lazarsfeld e Robert Merton desenvolveram um programa de pesquisa sobre respostas da audiência a emissões de rádio. Contudo, para Merton, a “entrevista focada” em grupo seria um adendo a um questionário (*survey*) ou estudo experimental conduzido com uma amostra significativa da população. Na década de 1980 o uso dos grupos focais estava mais voltado para pesquisas de marketing e mais recentemente de audiência. A partir dessa década, o trabalho de David Morley teve grande influência na re-emergência dos grupos focais no contexto da abordagem dos estudos culturais à mídia (França, 2004; Lunt e Livingstone, 1996). Entretanto, uma das maiores críticas ao seu trabalho concentra-se no fato de que ele, em nenhum momento, comenta que as pessoas foram entrevistadas enquanto grupo. Ou seja, a pesquisa não privilegiou a relação, mas a fala individual dos participantes (Lunt e Livingstone, 1996, p. 93).

mensagens podem levar à construção de identidades mais politizadas e a um maior conhecimento de grupos marcados pela opressão simbólica⁵.

Ao realizarmos um grupo focal, não nos interessa apenas passar um trecho de um programa televisivo e ouvir as opiniões dos participantes a respeito do que acabaram de ver, mas saber como eles vivenciam aquelas representações ali expostas no seu cotidiano e transportam tal interpretação para seu fazer e agir político. Assim, pretendemos vincular o grupo focal a uma certa concepção da política enquanto atividade cotidiana de construção coletiva dos significados e sentidos sociais que regem as relações entre sujeitos que, reflexivamente, trocam pontos de vista de modo a buscar entender o outro, a própria condição e seu lugar no mundo.

Contextos de ação e recepção na vida cotidiana: para além do espaço doméstico

A aproximação entre a atividade de ver televisão e as demais atividades práticas que preenchem nossa rotina, leva a muitos questionamentos sobre a inserção, a apropriação e os usos que fazemos das mensagens televisivas, e midiáticas em geral, em nosso cotidiano vivido. É no cotidiano, nas ações que empreendemos nos âmbitos privado e público, que nossas vidas ganham significado e densidade (Silverstone, 1994). Os sentidos produzidos cotidiana e coletivamente, devem ser por nós entendidos e localizados no espaço social para que possamos alcançar o conhecimento de sua dinâmica e compreender sua política (Martín-Barbero e Resende, 2001).

Uma abordagem cotidiana do exercício político é traçada por Hannah Arendt (1987) ao apontar que a política baseia-se na busca de formas de sociabilidade que permitem lidar com a pluralidade dos homens reunidos

em um mundo comum. A política, como resultado de um “agir em comum”, torna-se uma atividade vinculante exercida em um terreno comum a todos no qual “a despeito das diferenças de posição e da conseqüente variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto” (Arendt, 1987, p. 67), isto é, em um destino ou história comum. Segundo ela, o mundo comum dá origem à esfera pública, ou seja, ao “espaço da aparência”, onde “cada indivíduo, como ser único e distinto, aparece e confirma-se no discurso e na ação” (1987, p. 220). Deste modo, a política é construída cotidianamente através da tensões criadas entre uma pluralidade de atores que ocupam um lugar diferente em um mundo comum no qual “ver e ouvir” e “ser visto e ouvido” adquire relevância e desperta o interesse dos outros.

É também na vida cotidiana que, como aponta Michel de Certeau (1994), podemos transcender as representações desvalorizantes e opressoras difundidas pela mídia, utilizando mecanismos criativos de contestação e apropriação, descortinando espaços de luta e antagonismo. Mas as resistências à violência simbólica desencadeadas por tais representações revelam-se não só no ato privado de questionamento ao que se vê estampado na tela da TV, mas principalmente quando há um encontro de experiências, ou seja, quando, por meio da conversação cotidiana, um modo de ver apresenta-se diante de vários outros.

Tal perspectiva nos convida a pensar sobre duas dimensões muito caras aos estudos de comunicação: as representações e as mediações. O estudo conjunto e o diálogo entre essas dimensões colocam-se atualmente como grande desafio aos pesquisadores da área (Rocha e Marques, 2005). Para Stuart Hall (1997a) a representação – ao articular mapa conceitual de idéias e linguagem – é a prática que nos possibilita conferir significado ao mundo e compartilhá-lo em alguma medida com o outro, levando-nos a pertencer à mesma cultura e a construir um mundo social. A representação faz parte da vida cotidiana das pessoas, é uma forma de conhecimento que se manifesta como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), socialmente elaborada e compartilhada que contribui para a construção de uma realidade comum, pois ela possibilita a comunicação en-

⁵ As relações entre televisão e identidade nos estudos de recepção privilegiam os contextos cotidianos de ação e interação dos indivíduos e grupos, pois é nesses contextos que discursos, comportamentos e práticas revelam pertencimentos, desafiam estigmas e dão a ver os modos como diferentes mediações (família, cidade, favela, sistema midiático, etc.) influem tanto no modo como percebem a si mesmos quanto contribuem para uma relação mais abrangente entre seu espaço vivido e o espaço ocupado pelo “outro”. De acordo com Nilda Jacks (1994), a televisão contribui para a construção identitária dos receptores não meramente oferecendo possibilidades de identificação, mas sobretudo disponibilizando representações passíveis de serem desafiadas e revistas. Essas relações serão melhor trabalhadas na análise empírica desenvolvida neste trabalho.

tre as pessoas e modela seu comportamento (Moscovici, 1995; Wagner, 1995). É justamente esse caráter inter-subjetivo que faz com que o estudo das representações dificilmente seja dissociado do estudo das mediações, ou seja, do “espaço” no qual as interações, ou diálogos entre produção e recepção se dão através da tarefa de “consumir, assimilar, de dar nossa feição aos produtos, às representações e imagens que nos são disponibilizadas. Um trabalho que não é individual, mas coletivo – vivido socialmente” (França, 2004, p. 21).

Privilegiar também as mediações significa dar atenção “a um conjunto de elementos que intervêm na estruturação, organização e reorganização da percepção da realidade em que está inserido o receptor” (Jacks, 1999, p. 48). Assim sendo, os estudos que utilizam a etnografia da audiência como metodologia qualitativa de pesquisa, registram como principal mediação o cotidiano familiar. No contexto brasileiro, a etnografia de audiência tem sido empregada com frequência quando o objeto empírico de investigação baseia-se na recepção de telenovelas (Lopes *et al.*, 2002; Jacks, 1999; Leal, 1986; Almeida, 2003). Ondina Fachel Leal argumenta que, a telenovela, por tratar-se de uma história que se desenrola no “*setting* doméstico virtual”, teria como o lugar mais adequado de investigação “a casa das pessoas” (1995, p.118-119). Também para Nilda Jacks, o lar revela-se como espaço em que “primeiro deve-se buscar o conhecimento de como a recepção inicia sua trajetória até chegar a uma possível apropriação final” (1999, p. 54). Todavia, ao lado da mediação do espaço doméstico, os pesquisadores geralmente utilizam e problematizam em seus trabalhos outros tipos de mediações. Jacks, por exemplo, serve-se de mediações culturais (sotaque, linguajar, costumes, tradições, símbolos, mitos), estruturais (idade, sexo, classe social, escolaridade, etnia), institucionais (religião, empresa, escola, televisão, associações) e regionais (cidade, região, bairro). Assim, o espaço doméstico revela-se como uma mediação central que, ao lado de outras mediações, é acionada para revelar como os locais de vivência do cotidiano influem na produção de sentido acerca das mensagens televisivas, na produção de identidades individuais e sociais, nos modos

de consumo dos receptores, etc, sobretudo no que se refere às narrativas ficcionais.

No contexto internacional, as pesquisas de recepção que utilizam a etnografia de audiência têm-se voltado, além dos objetivos acima mencionados, para a investigação de como os receptores produzem sentido acerca das mensagens veiculadas, e de entender como as famílias vivem com os objetos tecnológicos (televisão e telefone, por exemplo), ou seja, quais são os usos, valores e significados simbólicos e relações de gênero que o modo de relacionar-se com esses objetos permite entrever (Livingstone, 1992; Silverstone *et al.*, 1992; Ang, 1992). Nesse sentido, David Morley e Roger Silverstone afirmam que o contexto típico para a apreensão e análise dos usos que as pessoas fazem das representações dispostas pela TV é o contexto dos lares, das famílias: “precisamos investigar o ato de ver televisão em seus lugares naturais de ocorrência” (1991, p. 149). Para Morley (1986), a atividade de ver TV e produzir sentidos acerca das representações por ela veiculadas tem que ser percebida como uma atividade social constitutiva das relações familiares e domésticas através das quais construímos nossas vidas⁶.

Uma importante ressalva deve ser feita no que diz respeito ao entendimento que todos esses pesquisadores apresentam acerca do contexto doméstico de recepção. Eles compartilham a premissa de que o contexto da vida doméstica (a família, o lar) deve ser tomado como um conjunto de relações sociais marcadas por objetivos comuns, mitos, regras, rotinas, conflitos, relações afetivas, modos de comunicação, tensões e quadros de explicação e de compreensão que não se reduzem ao espaço físico, isto é, “à casa das pessoas”. Assim, o espaço doméstico é considerado em sua complexidade, inclusive levando em conta as interseções entre a teia de relações privadas entre os membros familiares e as redes de sociabilidade pública construídas com vizinhos, amigos, associações de bairro, etc. – aproximando diferentes mediações.

Concordamos inteiramente com o fato de que ver televisão deve ser considerado uma atividade social e coletiva, que possui no lar, e nas relações que aí se estabelecem, seu espaço mais significativo. Afinal, a produção

⁶ As pesquisas etnográficas empreendidas por pesquisadores como Morley (destacamos aqui sua obra *Family television: cultural power and domestic leisure*), indicavam o ambiente doméstico como lugar característico da produção de sentido sobre as mensagens televisivas. Elas visavam conhecer como o contexto doméstico cotidiano influencia o que vemos, como vemos e que sentido damos ao que vemos; o papel que a TV possui nas relações familiares, e como as interações familiares influenciam as escolhas que fazemos sobre o quê ver ou os usos que fazemos daquilo que vemos. Para Morley e Silverstone “o lar ou família, enquanto unidade básica de consumo doméstico, oferece o contexto mais apropriado para a investigação naturalística do consumo e produção dos sentidos televisuais, dentre outros” (1991, p. 150).

de sentido sobre o que vemos não é marcada somente por discursos de natureza privada, mas sobretudo pelos discursos que indicam nosso engajamento múltiplo em espaços diferenciados de convivência, dentre eles a família. O que nos gera certo incômodo é a afirmação, presente em vários estudos de etnografia da audiência, de que só é possível captar a recepção no espaço doméstico do receptor. Por isso, partimos da premissa de que existem contextos de ação na vida cotidiana que se definem para além do espaço doméstico.

As mensagens midiáticas fornecem “os pontos de referência, a base comum, o material, o assunto da conversação” (Morley, 1986, p. 22), contudo, precisamos estar atentos ao fato de que as disposições, valores, representações, crenças, interesses e percepções que compõem o pano de fundo das biografias particulares e coletivas dos sujeitos os acompanham em quaisquer circunstâncias nas quais eles forem instados a produzir interpretações do mundo, construir narrativamente suas experiências, etc. Silverstone nos chama a atenção para o fato de que “no centro da experiência cotidiana está uma forma de racionalidade prática, que reconhecemos como senso comum” (1994, p. 167), e através da qual as formas e a ordem de nossa capacidade de lidar com o que há de familiar no cotidiano ganham forma e se exprimem.

Também para Jürgen Habermas, as orientações de nossas ações e julgamentos remetem-se constantemente a um horizonte, sistema de referência ou quadro interpretativo comum, o qual forma o *background* de nossas relações intersubjetivas. Segundo ele, quando os indivíduos se deparam com uma situação, seja ela nova ou familiar, na qual precisam chegar a um entendimento mútuo com seus parceiros de comunicação, eles recorrem ao conhecimento prático armazenado no “mundo da vida”:

Nessa perspectiva, o mundo da vida aparece como um reservatório de um conhecimento tido como dado, de convicções sólidas das quais os participantes em comunicação se servem em processos cooperativos de interpretação. (...) O mundo da vida é representado por um estoque de modelos interpretativos transmitidos culturalmente e organizados lingüisticamente. (...) Esse estoque de conhecimento abastece os membros com convicções de fundo não problemáticas e comuns que são assumidas como já dadas; é a partir delas que os contextos para a interação intersubjetiva tomam forma, processos nos quais aqueles envolvidos utilizam definições preexistentes da situação ou negociam novas (Habermas, 1987, p.124-125).

Não cabe aqui nos determos na complexa teoria habermasiana; entretanto, é importante perceber que o mundo da vida é caracterizado por Habermas como um lugar transcendental de encontro entre ouvintes e falantes, ou seja, ele é sempre familiar e está “intuitivamente presente, como uma rede transparente de pressuposições” (1987, p. 131) que dão forma a um conhecimento intersubjetivamente compartilhado. Nesse sentido, o mundo da vida de um grupo de atores sempre o acompanha, está sempre presente sob a forma de um conhecimento, um pano de fundo que o auxilia a interpretar a situação em que se encontra, a antecipar a expectativa dos participantes da comunicação, a expressar seu ponto de vista e a refletir sobre o ponto de vista do outro (Habermas, 1987, p. 123). A situação de interlocução é, então, definida não só pelo ambiente compartilhado, mas, sobretudo, pelo conjunto de certezas partilhadas.

Sob essa perspectiva, explorar os modos como as pessoas, cotidianamente, organizam suas experiências não pode ser algo restrito ao ambiente doméstico. O contexto do mundo da vida nos fornece as referências tanto para a análise das mensagens, quanto para a formulação de nosso posicionamento diante do outro que nos interpela. É preciso perceber que a inscrição da mensagem midiática nas rotinas da vida cotidiana e os usos que dela fazemos se processam em ambientes diversos, que se intersectam com o auxílio dos conhecimentos disponibilizados pelo mundo da vida.

Nesse sentido, não nos interessa aqui defender o uso dos grupos focais como um método quase-etnográfico ou quase-naturalista, mas sim ressaltar a capacidade que apresentam de *recriar situações de conversação cotidiana*, de ocasiões sociais em que as habilidades críticas dos participantes emergem no momento em que se encontram reunidos para trocarem experiências, pontos de vista, argumentos acerca de um determinado tema ou assunto.

O grupo focal não é um agregado conveniente de opiniões individuais, mas uma simulação desses contextos comunicativos rotineiros, mas relativamente inacessíveis que nos ajudam a descobrir os processos através dos quais o sentido é socialmente construído através da fala cotidiana (Lunt e Livingstone, 1996, p. 85).

Por isso, acreditamos que, em vez de nos preocuparmos com a não-naturalidade da situação construída, seja mais proveitoso usar o grupo focal para encorajar as pessoas a se engajarem umas com as outras, a expressarem verbalmente suas visões de mundo e descortinarem estruturas cognitivas que antes se encontravam desarticuladas.

A produção e reprodução de sentidos e significados dependem tanto desses contextos relacionais de grupo, quanto da conversação e discussão pública de temáticas, mesmo que reproduzidas em uma situação de pesquisa.

Antes de passarmos aos exemplos empíricos, julgamos pertinente apresentar, ainda que em linhas gerais, a idéia central presente nos roteiros dos episódios de *Cidade dos Homens*. Em seguida, passaremos à discussão de como os grupos focais podem funcionar, nos estudos comunicacionais, como método e como situação comunicativa capaz de reunir representações e mediações de modo a revelar como, por exemplo, a favela pode ser uma mediação para pensarmos questões vinculadas ao reconhecimento e à identidade aliando questões políticas à produção de sentido sobre mensagens midiáticas específicas.

Cidade dos Homens e a favela

O imaginário social brasileiro hegemônico interpreta o “favelado” como um tipo social homogêneo e a favela como lugar de ausência e caos social. Muitos autores (Zaluar e Alvito, 2003; Cecchetto, 2003; Rinaldi, 2003; Zaluar, 2004, 1997, 1985) já apontaram para a questão da estigmatização e rotulação sofrida por estes indivíduos moradores de favela. Há, para estes autores, uma espécie de imaginário preconceituoso alimentado tanto por aqueles que não querem ser associados à favela quanto pelo poder público e por aqueles que lá não moram⁷. Sem perdermos de vista esse conjunto de questões, queremos aqui discutir como uma representação que foi construída no espaço de visibilidade midiática pode, no contexto do grupo focal, promover reflexões e deslocamentos, conhecimento do eu e do outro e contribuir para a prática política cotidiana de grupos marginalizados.

A série *Cidade dos Homens*, que começou a ser exibida pela Rede Globo no ano de 2002, aborda a vida de dois garotos adolescentes, Laranjinha e Acerola, sua vida no morro e os problemas enfrentados como a vio-

lência, a carência material, a falência do ensino público, o preconceito social e racial, dentre outros. A escolha dessa Série como objeto de análise deve-se ao fato de que ela representa (ou pretende representar) os moradores de favela sob uma ótica que escapa às visões estigmatizantes que associam a favela ao tráfico e à violência. Tais associações aparecem muitas vezes nos discursos veiculados pela mídia, reforçando um imaginário social que se alimenta dessas informações, negligenciando maiores reflexões e outros elementos que precisam ser levados em conta nos processos de interpretação (Zaluar, 2004).

Optamos por trabalhar com os quatro primeiros episódios da Série, pois acreditávamos que o programa, não tendo sido submetido às normas do dito “padrão Globo de qualidade”, apresentava ainda uma proposta alternativa (ou desestabilizante) de representação da favela⁸. A elaboração desses episódios foi o resultado da parceria da Globo com realizadores independentes e com a produtora igualmente independente “Nós do cinema”, a qual selecionou adolescentes do Morro Santa Marta para participarem da elaboração dos roteiros e também atuarem nas cenas. No primeiro episódio, *A Coroa do Imperador* (exibido em 04/10/02), Laranjinha e Acerola estão aprendendo sobre a fuga da corte portuguesa para o Brasil e precisam de R\$ 6,50 para participarem de uma excursão a Petrópolis, onde está a coroa. Para conseguir o dinheiro, os dois acabam se envolvendo com os traficantes do morro onde moram. Mas, na véspera da excursão, o morro é invadido por uma facção inimiga e eles finalmente entendem por que Dom João VI teve de sair correndo para o Brasil. No segundo episódio, *O Cunhado do Cara* (exibido em 16/10/02), Acerola descobre que sua irmã está namorando o “dono do morro”. Enquanto tenta convencê-la de que é loucura envolver-se com traficantes, ele percebe que ser cunhado “do cara” pode ser vantajoso, pois passa a ser respeitado por todos. Quando a irmã briga com o namorado, Acerola tenta se livrar de uma represália. O terceiro episódio, *Correio* (exibido em 17/10/02), retrata o dia em que Laranjinha e Acerola são escalados pelo tráfico para trabalhar como carteiros. Os garotos, então, resolvem fazer um mapa da favela identificando ruas e vielas, mas acabam percebendo que a idéia não agrada aos traficantes. O quarto e último episódio da primeira temporada

⁷ A discussão sobre a favela como espaço social complexo e alvo de rotulações e estigmatizações é tema do artigo “Favela, soma de exclusões e assimetrias: em busca de uma mobilidade simbólica na cena midiática” (Cf. Rocha, 2005).

⁸ A segunda temporada foi exibida pela Rede Globo entre os meses de outubro e novembro de 2003; a terceira entre os meses de setembro e outubro de 2004 e a quarta temporada entre novembro e dezembro de 2005. mais informações sobre a Série podem ser obtidas pelo site <<http://cidadedoshomens.globo.com>>.

da Série, *Uólace e João Vítor* (exibido em 18/10/02), faz um paralelo entre a difícil vida de Laranjinha (apelido de Uólace) e o cotidiano de um menino da classe média, João Vítor, que mora em um prédio próximo à favela.

No nosso entendimento, esses episódios retratam o morador de favela de um modo mais complexo, que escapa a associações automáticas entre violência, criminalidade e favela, sem levar em conta quaisquer outros elementos. Essa parece ser a “leitura preferencial”⁹ dos codificadores desse programa: evidenciar os sujeitos no seu dia-a-dia, jovens e adolescentes com seus sonhos, mães preocupadas com o futuro e a educação de seus filhos, o medo da violência e do entorno que os cerca. Para eles, a tentativa de retratar a vida em uma favela deve abordar a questão da violência, mas não precisa ser necessariamente o foco principal.

Mas será que essa leitura preferencial realmente encontra eco nas interpretações feitas por adolescentes que moram nas favelas? Como a estruturação de grupos focais pode nos auxiliar não só a perceber as negociações dessas interpretações, mas também o modo como o processo de questionamento e troca de pontos de vista amplia a prática política desses adolescentes?

Um contexto instaurado para a troca reflexiva: a mediação do grupo focal

As escolhas metodológicas que guiam esta pesquisa estruturam-se do seguinte modo: ao identificarmos que *Cidade dos Homens* era uma narrativa construída a partir da visão de seus protagonistas, Acerola e Laranjinha, decidimos procurar adolescentes para participarem dos grupos focais. Em seguida, como nosso propósito era o de

discutir sobre a construção político-cultural da identidade dos moradores de favela, a questão do reconhecimento numa perspectiva ampliada de política, procuramos jovens que tivessem algum engajamento político na comunidade (a política como mediação) no intuito de compreender como essa mediação os auxilia na construção de sua visão de mundo, de seu auto-entendimento e de sua auto-identidade. E, por último, pretendíamos analisar em que medida aquela Série, que claramente fazia referência aos morros do Rio de Janeiro, seria interpretada por um público também morador de favela, mas de outra cidade, no caso, Belo Horizonte.

Nossa indagação era a seguinte: aquela representação poderia ser generalizável para outros contextos? A partir desse desenho, partimos para o contato com dois grupos de jovens: o grupo ECO, no Morro Santa Marta, local onde foi filmada a maior parte da Série, e o núcleo Agente Jovem – que é fruto da parceria de ONG’s com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que objetiva oferecer uma alternativa aos adolescentes no período em que não estão na escola – da Barragem Santa Lúcia em Belo Horizonte¹⁰. Em ambos os grupos, os adolescentes têm entre 15 e 18 anos. Nossos encontros iniciais se deram nos meses de agosto e setembro de 2005 quando apenas participamos das reuniões dos respectivos grupos, bem como visitamos algumas casas, participamos de eventos culturais para, oportunamente, expormos o motivo de nossa presença. Depois desses contatos passamos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2005 a realizar efetivamente os grupos focais que constavam da exibição dos quatro episódios do primeiro ano da Série seguida da discussão com o grupo¹¹. A dinâmica de cada encontro foi orientada por um roteiro semi-estruturado de perguntas agrupadas em três eixos:

i) O morro na televisão: o objetivo das questões feitas nesse eixo era o de discutir as impressões e opiniões que os jovens têm acerca da exibição da favela na televisão e, mais especificamente, aquela exibição relativa à *Cidade*

⁹ Estamos nos referindo aqui a uma das leituras típico-ideais propostas por Stuart Hall (2003) em seu texto *Codificação/decodificação* quando este autor trata do processo de codificação de mensagens televisivas e suas possibilidades de construção de significados (leituras) a serem feitas pelo telespectador. Além da leitura preferencial, aquela cuja interpretação estará de comum acordo com os objetivos do codificador, o autor aponta a leitura negociada e a leitura oposicional.

¹⁰ No caso do Grupo Eco (RJ), os adolescentes se reúnem semanalmente, com uma dinâmica que inclui maior entrosamento no grupo, mas também discussão de temas relevantes como política de um modo geral, a importância das ações coletivas e da vida na comunidade, debates sobre filmes, drogas, saúde, sexualidade etc. Quanto ao Agente Jovem (BH), os jovens se reúnem 3 vezes na semana com uma programação que também envolve discussões e debates dos temas acima descritos, além de atividades esportivas.

¹¹ Cabe esclarecer que em todos os grupos focais coube à pesquisadora Simone Maria Rocha o papel de moderador do debate.

dos Homens. O que pensam das representações que na Série tentam mostrar o cotidiano, as relações familiares, os problemas comuns, a relação com a cidade, com o poder público, etc?

ii) Os moradores de favela na televisão: o objetivo das perguntas pertencentes a esse eixo consistia em problematizar as formas através das quais estes moradores têm sido representados no programa em questão. Como eles analisam o que assistem? Qual seria o nível de aproximação (identificação) entre eles e as personagens? Qual seria a importância de se ver representado no horário nobre e na maior rede de TV do Brasil?

iii) É possível uma mobilidade simbólica: morro e asfalto e não-morro x asfalto? As questões ligadas a esse eixo deveriam promover uma reflexão acerca das possibilidades que uma narrativa ficcional como *Cidade dos Homens* apresenta para promover um deslocamento de visões estereotipadas e preconceituosas. Isso pode levar a alguma mudança de visão, de aproximação dos mundos? Por que? Qual a importância desse tipo de mensagem para a aproximar morro e asfalto? Os participantes submetem-se ou opõem-se aos modos operatórios da televisão?

Foram realizados dois grupos focais em cada favela: em BH os grupos contaram com dez participantes cada, e no RJ, os grupos variaram entre três e seis participantes. Um importante esclarecimento deve ser feito em relação ao registro das opiniões e considerações que os adolescentes fizeram acerca do seriado. Este registro se deu principalmente de três modos: através da gravação das discussões realizadas, através dos depoimentos individuais que alguns quiseram dar e através do registro por escrito que, no caso do primeiro grupo realizado em BH, a maioria preferiu fazer¹².

Ao analisar a Série, ouvir seus realizadores e angariar opiniões nos mídia, pudemos constatar aquela que seria a leitura preferencial. Contudo, faltava nesse “debate” a voz dos receptores, daqueles que *Cidade dos Homens* pretendia retratar, ou seja, os moradores de favela. Interessava-nos saber se eles configuravam uma leitura condizente com a preferencial ou se eles negociavam algum sentido que, em sua opinião, não havia sido considerado na produção daquela mensagem. Buscamos, então, perceber e discutir em que medida a recepção de um produto cultural televisivo que aborda a vida numa favela, ampliando-a para além da violência e do tráfico,

pode engendrar práticas político-culturais fomentadoras do debate e possibilitadoras da construção da identidade do morador de favela.

Com relação à apresentação e ao tratamento dos dados por nós obtidos, optamos por tomar as seguintes medidas: a) o nome dos adolescentes que compuseram os grupos focais são fictícios; b) a apresentação e a análise das discussões foi organizada de acordo com os três eixos do roteiro semi-estruturado, evitando assim que nos apegássemos à ordem cronológica das discussões, e c) ao final de cada discussão aqui transcrita mencionamos, entre colchetes, o nome da favela e a respectiva cidade dos participantes.

O Morro na Televisão

Após a exibição dos episódios da Série, os adolescentes que compuseram os grupos focais em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro reagiram, em um primeiro momento, de modo divergente. Se para os adolescentes da Barragem Santa Lúcia, o que a Série mostrava “não era verdade”, para os adolescentes do Morro Santa Marta aquela representação ficcional condizia com a realidade vivida no morro. É importante destacarmos que os movimentos de identificação ou estranhamento realizados pelos adolescentes com relação à Série foram feitos utilizando como parâmetros as noções de violência e tráfico de drogas:

Carlos: [A série] só mostrou o lado feio da favela, o lado sujo, o lado obscuro da favela. Não mostrou as outras coisas que a favela tem.

Mara: Até pelo próprio horário que o programa foi exibido. Será que era tão violento que teria que ser exibido àquela hora? Por quê? Na favela só tem violência? E por que então que a gente tá aqui?

José: Eu acho que sim porque só mostrou muita arma, mostrou muita droga na favela. E não é só isso, não é tanto assim.

Ana: Mas, eu acho interessante ver filme assim, mostrando a favela, a realidade que a gente vive. [Grupo Focal Barragem Santa Lúcia, BH]

¹² Cabe aqui agradecer às instituições e pessoas que colaboraram de forma efetiva na realização dessa pesquisa tais como: o Movimento Viva Rio, o Grupo ECO, o Projeto Agente Jovem Núcleo Barragem Santa Lúcia (PBH), Pedro Strozemberg, Itamar, Flaviana, William, Márcia Maria, Fátima, bem como aos adolescentes que se dispuseram a participar das discussões e debates realizados.

Depois que os participantes do grupo elencaram aquilo que consideram não expressar os aspectos mais significativos de sua realidade, a participante Ana manifesta sua opinião dizendo ser “interessante” uma narrativa ficcional que revela a “realidade que a gente vive”. Podemos perceber, então, que eles reconhecem traços familiares às situações por eles experimentadas cotidianamente, mas o exercício de comparar o ficcional ao vivido dá origem a um mosaico composto de fragmentos que oscilam entre a afirmação (“é isso”) e a ausência (“mas não é só isso”).

A associação entre cotidiano vivido, armas, drogas e violência é entendida pelos adolescentes do Rio como rotineira, algo que não lhes surpreende. Contudo, assim como os adolescentes de Belo Horizonte, eles afirmam que o morro não se reduz a esses elementos:

Vera: Eu acho que o filme volta mais para essa realidade. Assim, eu acho que no morro tem milhões de coisas acontecendo sem ser muito focado nisso, na criminalidade. Só que o objetivo do filme é mostrar o foco na criminalidade.

Paulo: Não me impressiona não. Pra mim já ficou uma coisa muito normal, virou uma rotina. Não constantemente, mas, infelizmente, é o que a gente vê na realidade. Então, não tem aquela coisa para surpreender. Mas ele só mostra o lado negativo da comunidade, da favela (...) só mostra preto, favelado, marginal.

Maria: Acho que hoje em dia as pessoas que moram na rua, no caso, no asfalto, ao ver o filme afirma mais ainda o que eles pensam dos favelados. E eles pensam que no morro só tem guerra, marginais e tráfico.

Kátia: Bom, no filme [na série] o que eu acho é que, no cotidiano só mostrou o lado negativo, pois na comunidade não tem só tiro, mas também tem as atividades. Eu acho que eles queriam mostrar tanto a realidade que acabaram se aprofundando somente no lado negativo, como crianças pensando no crime, adolescente na boca de fumo, várias pessoas trocando tiros pra lá, pra cá...

Lili: Nesses episódios que eu vi, por exemplo, os dois primeiros que eu vi, (...) eu acho que eles foram muito felizes no que eles mostraram. Eu acho que eles devem ter feito um bom trabalho de pesquisa, porque eu achei muito real. É claro que não é o tempo todo assim. [Grupo Focal Morro Santa Marta, RJ]

As discussões revelam, portanto, uma insatisfação dos adolescentes das duas cidades com a redução de seu “mundo da vida cotidiano” específico a um estereótipo facilmente apreensível e dificilmente questionado: o de

que o morro é o espaço do crime, do tiroteio e da guerra. Tal imagem, corroborada a todo instante sobretudo pelos telejornais, é identificada pelos adolescentes como o “lado negativo”, enfatizando a percepção de uma realidade bipolar que oscila entre o bom e o ruim, o certo e o errado, o sujo e o belo. Mas, ao mesmo tempo, as opiniões e argumentos acima explicitados, apontam para a convivência e a mistura entre os extremos, ou seja, as fronteiras entre os dois lados foram diluídas dando origem a uma realidade multifacetada, que obedece a uma ordem cronológica: “no morro não é o tempo todo do jeito que eles mostraram”(Lili, RJ). Há um tempo para que o negativo se sobressaia, assim como um tempo para que o positivo apareça, embora ambos convivam no mesmo espaço.

A afirmação da participante Maria demonstra como a representação do morro está intimamente ligada à própria representação de seus moradores. Ao imaginar o que “os que moram no asfalto” irão pensar dos “favelados”, ela faz o movimento de olhar para si mesma através do olhar dos outros. Contudo, o olhar do outro já tem pré-definida uma carga de desvalorização capaz de reforçar a construção de um auto-entendimento negativo dos moradores. Nesse sentido, “como” aparecer aos olhos do outro adquire grande relevância. Essa questão remete ao que Hannah Arendt chama de “espaço da aparência”, isto é, “o espaço mundano de que os homens necessitam para aparecer” (1987, p. 220): como regular e determinar qual desses lados ganhará o espaço público? O problema não se resume apenas em “ver e ser visto”, mas envolve também os modos de apresentação ou aparição. E, nesse sentido, o espaço de visibilidade midiática tem um papel crucial. Os adolescentes demonstram, através do debate desencadeado pela Série, a clara consciência das dinâmicas de funcionamento dos meios de comunicação. Por isso, sabem de antemão, “o quê” interessa aos *media*:

Paulo: A gente tem tantos projetos aqui. Produção de eventos, sonoplastia. Olha a gente ficou fazendo esses cursos um tempão, mas a gente não vê uma notícia de nada, nada. Isso é que é impressionante.

Maria: Mas isso não vai vender. Ninguém vai querer comprar o jornal porque dois garotos da favela tão fazendo a formatura de um curso. Eles querem ver o quê? Querem ver tiroteio, querem ver quantas pessoas morreram, quem foi baleado, quem não foi. Eles querem vender isso, não querem vender dois favelados fazendo uma formatura. Eles não estão nem aí, não vai trazer nada pra eles, entendeu?

Lili: Uma coisa é verdade: a imprensa escrita e falada ela tem uma dificuldade muito grande de divulgar as coisas boas da favela, muito grande. É incrível. Quando dá um tiro aqui à noite, se bobear enche de repórter. Agora, tem trabalhos aqui no Morro, nosso grupo mesmo [ECO], pra trazer um repórter aqui, minha filha, você tem que suar. Atualmente está vindo mais, por quê? Porque o Governo do Estado está aqui no Morro, ta urbanizando a favela.

Vera: Ai entra o lado da audiência. Tiro na favela todo mundo pára para ver. Eles querem vender. [Grupo Focal Morro Santa Marta, RJ]

Essa discussão aponta também para o papel ambíguo que os *media* exercem na construção da ação política nas sociedades contemporâneas. Eles não se configuram apenas como atores estratégicos que visam alcançar os próprios interesses, mas, por outro lado, dão corpo a um espaço de visibilidade essencial aos sujeitos e grupos que desejam vencer a violência simbólica através da luta pelo reconhecimento. Tal luta se dá, principalmente, por meio da contestação de representações desvalorizantes nas conversações cotidianas, movimento que configura uma dimensão política capaz de envolver grupos e indivíduos em um processo amplo de debate.

Ainda nos resta mencionar uma última constatação. Como explicitado anteriormente, um dos “avanços” da Série identificados pelos produtores e agentes da mídia foi o modo de abordar a vida cotidiana, inserindo preocupações e dramas ligados à família, escola e trabalho. Contudo, para os participantes, isso não demonstra em nada os aspectos positivos da favela:

Cláudia: Eu não acho que esse tipo de preocupação demonstra o lado positivo da favela. Eu acho que não. Porque se você pegar qualquer criminoso que ta aqui, lógico que se preocupa com a mãe. Do mesmo jeito que uma pessoa normal se preocupa com a mãe. Não acho que existe um lado positivo específico da favela.

Vera: Até quando você falou da amizade entre o Acerola e Laranjinha, que o Laranjinha deu o dinheiro para o outro, mesmo assim a amizade levou o Laranjinha a fazer uma coisa ruim que foi na boca do tráfico pedir dinheiro.

Lili: O problema é que da maneira que eles mostram, a impressão que dá é que a maioria do morro é assim, mas não é isso, sabe? É a minoria, entendeu? O pessoal trabalha, o pessoal desce, estuda, nem tem tempo pra ficar de brincadeira no meio do caminho.

Paulo: Até o lado bom, o lado que poderia ser bom

foi uma coisa meio... O seguinte: na escola, mostrava eles na escola, mas você viu que a todo momento, não mostrou em momento nenhum eles assistindo uma aula decente.

Lili: sempre tumultuada.

Paulo: Tumultuada, bolinha de papel, o que a professora falava não dava certo.

Lili: A professora nem respondia o que eles perguntavam.

Paulo: Professora histórica, gritando. Isso pode ser até realidade para algumas pessoas, mas (...) não é só porque mora na favela que se torna um favelado. [Grupo Focal Morro Santa Marta, RJ]

As falas dos adolescentes Lili e Paulo novamente refletem o quanto o modo de representação da favela se entrelaça com a percepção do morador da favela. O sentido depreciativo do termo “favelado” é algo que eles tentam questionar a todo instante. O debate em torno dessas questões criou oportunidades para que os participantes pudessem, no momento da discussão, expor criticamente seus pontos de vista, confirmar algum sentido já compartilhado, pensar sobre o que estava sendo dito e reconhecer a importância que representações como essas podem ter ao subsidiar a imagem que será construída por aqueles que não são moradores de favela.

Os moradores de favela na televisão

A associação entre “moradores de favela” e “marginais” foi identificada pelos adolescentes das duas cidades como aquela responsável pela violência simbólica por eles enfrentada. O estereótipo que os associa à marginalidade revela-se como um dos grandes empecilhos tanto à construção um auto-entendimento positivo quanto da luta pelo reconhecimento alheio.

Eva: Não, teve o lado positivo também. Foi o sentimentalismo, também, né? Dos meninos. Foi bom para as pessoas verem que quem mora na favela também tem sentimentos.

Mara: Mas, será que as pessoas precisam que passem na televisão para elas verem isso?

Carlos: Igual eu já falei. Muitas pessoas que moram

lá embaixo, que tem dinheiro, acham que todo mundo que mora aqui é marginal, que todo mundo que mora aqui é ladrão, safado, sem vergonha, que não tem nada para fazer. Mas, não é assim. Tem gente que trabalha, tem gente que quer ver seu filho crescer. Tem muitos universitários nesse bairro aqui. A gente aqui não é só malandro. Malandro aqui, vamos dizer, não é nem 1%; 2 ou 1%. 1,5%. [Grupo Focal Barragem Santa Lúcia, BH]

A construção da identidade é indissociável das relações sociais que estabelecemos¹³. Para João Pissarra Esteves, um indivíduo só alcança a consciência de sua identidade a partir do momento em que passa a ver a si mesmo “como participante de uma interação social e de uma situação comunicacional e, em conformidade, passa a assumir sobre si próprio o ponto de vista dos outros interlocutores” (2003, p. 100). A oposição feita pelo participante Carlos entre “aqueles que moram lá embaixo”, no asfalto, e “aqueles que moram aqui em cima”, no morro, acentua uma das dimensões do processo de construção da identidade: a demarcação da diferença. Categorias como “nós” e “eles”; “aqui” e “lá” apontam não só as distinções elaboradas pelos próprios adolescentes, como aquelas identificadas nas representações presentes em *Cidade dos Homens*. Assim, falar sobre a Série, ou melhor, inserir-se em um debate sobre ela, é um movimento que auxilia na constituição do entendimento que os adolescentes possuem da própria identidade, uma vez que eles negociam, por meio da troca recíproca de argumentos, entendimentos sobre como se inserem e como participam de relações sociais e políticas enquanto “moradores de favela”.

É relevante destacarmos o fato de que os adolescentes marcam as diferenças não só entre “morro e asfalto”, mas também entre “morro e morro”, uma vez que procuram diferenciar a “sua” comunidade da comunidade “dos outros”:

Carlos: Bom, aqui é menos, aqui é diferente, aqui [BH] é menos perigoso do que lá [RJ]. Eu estou falando menos perigoso assim, menos violento. Lá o tráfico é mais pesado do que aqui. Não tem como falar que não é.

Moderador: Vocês acham que lá o tráfico está mais presente...

Ana: As gangues são mais perigosas. Igual, por exemplo aqui também tem gangues rivais que nem igual o Morro e lá em baixo, mas não são tanto assim não. Não pode nem passar, atravessar, tem gente que mora lá embaixo e não pode subir aqui em cima. Aqui não tem o comando que tem lá, na boca...

Mara: Mas, eu discordo de vocês dois porque o que a gente tá vendo é o que a mídia tá mostrando, a gente não foi lá, não conviveu um dia lá, para saber como é que é lá. A gente vê aqui o que passa na televisão, entendeu?

Carlos: uma coisa que eu queria falar porque eu não consegui concluir. A realidade, é aquela realidade como tá lá. Lógico, que nem você falou, que lá não é tudo aquilo. Mas, vamos convir que tem um pouquinho daquilo sim. É lógico que tem seu lado beneficente, tem o Criança Esperança, outros projetos...

Ana: É. Um tráfico mais violento com certeza é. Não tem nem comparação Cidade dos Homens com aqui. Que nem eu falei que são gangues rivais pior do que aqui na Barragem, no Morro, aqui na favela. Nossa senhora! Se eu morasse num lugar igual esse dali, eu mudava. Igual, por exemplo, na Rocinha, no Rio de Janeiro, é igual aquela realidade mesmo. Porque na Rocinha tem que ter permissão pra tudo, pra entrar, pra sair, até polícia tem que ter permissão pra entrar lá. Toda vez que entra polícia lá pra trocar tiro com os bandidos, ou morre a polícia ou morre os bandidos. [Grupo Focal Barragem Santa Lúcia, BH]

A troca de pontos de vista acima transcrita revela um jogo de contraposições que abrange não só a oposição entre duas favelas distintas (Rocinha e Barragem Santa Lúcia), como também uma diferenciação entre a favela ficcional de *Cidade dos Homens* e a favela onde os adolescentes moram. O antagonismo entre as favelas do Rio de Belo Horizonte é desafiado pela participante Mara, que aponta para a dimensão mediada do entendimento que o grupo estava construindo a respeito das diferenças entre “aqui” e “lá”. Segundo ela, o que sabem sobre “lá” é o que “aparece na TV”, e que portanto não podem confiar

¹³ Aqui tomamos como pressuposto a noção de identidade cultural esboçada por Stuart Hall quando ele afirma que não há uma identidade fixa, uma vez que ela é “formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados ou tratados nos sistemas culturais que nos circundam. Ela é histórica, não biologicamente definida. (...) Dentro de nós coexistem identidades contraditórias pressionando em direções diversas de modo que nossas identificações estão sendo continuamente mudadas” (1997b, p. 9).

na representação televisiva para estabelecerem parâmetros de julgamento. Todavia, o grupo prossegue na tentativa de apontar as diferenças entre a típica “favela carioca” (resultado de construções midiáticas) e a Barragem Santa Lúcia, e entre esta última e a favela exibida em *Cidade dos Homens*. Tal distinção é feita através do reconhecimento de valores, regras, acordos tácitos e até mesmo do desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao “bem comum” existentes em cada favela. Por meio desse exercício, a identidade pessoal é construída paralelamente à identidade coletiva, uma vez que afirmar seu pertencimento a grupos sociais ou comunidades específicas exige que cada história de vida particular integre de forma ativa a história coletiva (Habermas, 1987):

Marcos: A Série Cidade dos Homens mostra uma realidade das favelas do Rio de Janeiro, tipo a autoridade dos malandros lá dentro, decidindo o que é melhor pra comunidade na hora que o carteiro não quis mais subir o morro para entregar as cartas, aí o chefe do tráfico escolheu o Acerola para ser o novo carteiro da comunidade. Também mostra outra realidade que é as crianças que já estão andando armadas e usando drogas, e que entram nessa vida porque talvez, seja até culpa do governo, porque pode ter esquecido da favela (...). Talvez lá [no RJ] teria uma boa diminuição do tráfico se o governo de lá, colocasse programas igual ao Agente Jovem dando apoio aos jovens para fazer alguma coisa que desse lucro no futuro, aí talvez as favelas de lá seriam igual às favelas daqui, que não tem malandro controlando o morro inteiro. Eu acho que o problema de lá é que tem muita gente querendo estar no poder e poucas pessoas querendo resolver os problemas e pensando no futuro das pessoas. [Grupo Focal Barragem Santa Lúcia, BH]

Podemos perceber que a fala do participante Marcos organiza-se de modo a entremear em sua própria narrativa (história vivida, derivada de sua experiência), trechos da narrativa ficcional presente no episódio “Correio” que compõe a primeira temporada da Série. O entendimento da identidade como “construção que se narra” é expresso por Néstor García Canclini (1999) que alerta para o fato de que a narrativa da identidade é construída com os outros e

com os meios de comunicação. Para ele, esta co-produção se realiza em condições desiguais, sendo que os grupos subalternos devem negociar significados a todo instante com instâncias e grupos mais poderosos. A identidade não se deixa reduzir à sua “encenação” no espaço de visibilidade midiática, por isso, desafiar as representações que a televisão oferece e investir em narrativas que desestabilizam os estereótipos é uma maneira de lutar por reconhecimento e por novos entendimentos da identidade do “morador de favela”. Nessa perspectiva, as discussões realizadas nos grupos do RJ foram muito interessantes porque, ao se verem na TV¹⁴, os adolescentes puderam tanto identificar-se com quem são, e com a comunidade onde vivem, quanto afastarem-se daquela representação ao dizerem o que faltava nela e como queriam ser vistos. Ou seja, complexificaram suas identidades tanto admitindo a violência quanto reivindicando um outro lado da vida em comunidade que gera solidariedade e que, na sua opinião, não foi retratado em *Cidade dos Homens*.

Mobilidade Simbólica: é possível vencer a oposição entre “morro” e “asfalto”?

De modo geral, tanto os adolescentes da Barragem Santa Lúcia quanto os do Morro Santa Marta identificaram como “fracassada” a tentativa empreendida pelos realizadores de *Cidade dos Homens* de aproximar o morro e o asfalto através da identificação de dramas e vivências comuns a esses dois mundos. Para eles, a Série privilegiou apenas e tão somente a violência e seus desdobramentos e não se encarregou de mostrar o “outro lado” da vida no Morro, um lado que procura se distanciar dessa violência, embora conviva com ela, privilegiando a vida em comunidade, as iniciativas comunitárias, etc.

Lili: Eu acho que se eles quiseram realmente fazer isso, derrubar um pouco as barreiras da favela, eu acho que falta muita coisa. Porque o que eles mostraram da

¹⁴ A participação dos adolescentes do Morro Santa Marta tanto na elaboração dos roteiros quanto na atuação dos episódios e até mesmo na improvisação das cenas, levou a um desafio ao tipo de representação estereotipada em questão (favelados), em favor de uma representação mais multifacetada (moradores de favela), na medida em que, aqueles diretamente afetados por ela, também puderam lançar mão de sua visão de mundo e de seus códigos compartilhados para entrar na construção desse diálogo representacional. Contudo, é preciso frisar, trata-se de uma representação transformada em ficção para a TV. Não há um realismo ingênuo, nem tampouco trata-se de um documentário.

favela acaba sobrepondo-se às coisas boas que tem nela, coisas boas que foram tão pequenininhas que eles mostraram ali dentro do filme, entendeu? Ou seja, não foi suficiente. A amizade é uma coisa linda (...) mas para ajudar o amigo ele vai lá na boca, quer dizer mostra o garoto com uma intimidade com a boca e não é bem assim as coisas, não é essa intimidade toda, entendeu? Não é qualquer um que vai na boca toda hora, o quê que é isso? Não é assim não.

Paulo: Não me surpreende, pois o que mostra no filme para mim já é uma realidade. Me surpreenderia se mostrasse outra coisa (...). Do jeito que foi colocado no filme, daqui a pouco a gente vai ter que comprar um guarda-chuva blindado, porque vai ser chuva de bala direto. (...) Sinceramente, se a idéia base fosse aproximar a favela e o pessoal do asfalto, na minha opinião, eu acho que eles fizeram um péssimo trabalho. Porque não foi bom.

Carol: Se o filme mostrasse o lado positivo da favela seria até legal, porque só mostra a criminalidade direto, como se fosse o dia-a-dia. Não passou os projetos que tem na favela, as ONGs, a família, a união que nem sempre é muita, mas também tem. Não, não passa. Só passa criminalidade.

Lili: Eu acho que realmente eles pecaram porque não mostraram tanto as coisas boas da favela. Só que eles falaram que mostraram, por exemplo, quando aparece o garoto indo pra escola, a relação ali, mas é pouquíssimo. Isso aí é muito pouco. (...) Exageraram o outro lado. Então, acabou ficando uma imagem de que favela só tem marginal, que a criança tem contato com a criminalidade muito cedo. [Grupo Focal Morro Santa Marta, RJ]

A dificuldade por eles evidenciada de perceber, através da Série, uma aproximação entre morro e asfalto aponta para uma outra dificuldade, muito mais complexa, que se revela na relação de identificação que os adolescentes procuram estabelecer entre a sua realidade vivida e a representação ficcional da mesma. Afinal, a noção de mobilidade simbólica busca não só questionar as dicotomias pré-estabelecidas entre morro e asfalto, como também uma maior problematização das identidades, diferenciando-as das “posições de sujeito” (Hall, 1997) ofertadas pela mídia¹⁵. O que

argumentamos aqui é que a mobilidade simbólica, ou seja, a desestabilização de visões estereotipadas e preconceituosas, deve começar por uma crítica às representações televisivas tidas como inquestionáveis ou “senso comum”. Senão, os moradores de favela continuarão a buscar nas representações aquilo que os identifica como “favelados” ao invés de problematizar esse tipo de representação à luz de novas linguagens que ampliem o modo como são vistos e não apenas reproduzam um discurso hegemônico.

Por isso, nossa intervenção no debate sobre a mobilidade simbólica deu-se muito no sentido de alertá-los para o fato de que, de tão acostumados a verem a favela representada de modo negativo, não estariam eles predispostos a interpretar qualquer mensagem desse modo? Julgamos oportuna essa intervenção tendo em vista as oscilações e as contradições que as opiniões revelavam, ou seja, ao mesmo tempo em que protestavam em relação ao enfoque dado à violência, procuravam revelar que seu ambiente era, sim, violento.

Lucas: Isso que eu ia falar agora. Isso já é automático. A pessoa já procura uma coisa para identificar aquilo que ela vive cotidianamente, entendeu? Se ela não encontra ela tenta de alguma maneira mostrar isso de qualquer jeito. E isso mostra o quê? Mostra que a gente não está acostumado ver um programa, ver uma minissérie, ver alguma coisa na televisão tentando mostrar nossa realidade. Porque assim, Cidade dos Homens está tentando representar ainda muito pouco, tem muita coisa que deve ser mostrada, mas está tentando. Assim, está tentando mostrar, mas mesmo assim a gente tem muita resistência, sabe? O pessoal vê as coisas, igual eu tô vendo o Danilo falar, e tenta buscar alguma coisa que justifica ele falar só sobre essa questão da violência.

Mara: Mas, mesmo assim teria que ter mais espaço na mídia, né? Por que você vê que o Programa é de temporada em temporada, a hora que é, dificilmente dá para muitas pessoas assistir.

Lucas: Eu acho que é mais um estigma mesmo. A pessoa de tanto viver aquilo, ela procura de certa maneira, acho que tenta se encontrar naquela situação mostrada. [Grupo Focal Barragem Santa Lúcia, BH]

¹⁵ Para Hall, “à medida que os sistemas de significado e de representação cultural multiplicam-se, confrontamo-nos com uma multiplicidade desconcertante e fugaz de identidades possíveis, podendo nos identificar com cada uma delas – ao menos temporariamente” (1997b, p. 10).

O participante Lucas acentua que, ao assistir a uma Série como esta, ele procura “se encontrar naquela situação mostrada” ao invés de desafiar a própria resistência à representações que fogem ao lugar comum. Ou seja, ele aponta que “as pessoas” preferem justificar seus argumentos e sua opinião com base na idéia pré-concebida segundo a qual quando a televisão (ou “a mídia”) representa a favela, o faz apenas com o intuito de denegrir sua imagem, de “piorar as coisas”, de passar uma idéia de que “lá” seria um verdadeiro caos: a lei do tráfico, o império do medo.

Todavia, o fato de ter formulado verbalmente essa resistência, tornando-a acessível ao restante do grupo, revela também um movimento reflexivo capaz de dar início à desestabilização dos estigmas que tanto os oprimem. Desafiar as representações que a televisão oferece corriqueiramente e investir na descoberta e no uso de recursos discursivos próprios (qual a representação que me apresenta aos outros do jeito que gostaria que eles me vissem?) é algo que alcança sua potencialidade quando esses adolescentes, por meio da troca argumentativa, procuram configurar sua identidade e a do morador de favela de um modo mais complexo que, ao mesmo tempo, lida com a presença da violência e do tráfico procurando evidenciar outras dimensões do cotidiano centradas no repúdio à criminalidade. Esse questionamento coletivo e argumentativo das representações expressa como a política se desenvolve nos espaços cotidianos em que a ação e o discurso aparecem como forma de convivência capaz de “estabelecer a realidade do próprio eu, da própria identidade ou do mundo que nos circunda” (Arendt, 1987, p. 220).

A nosso ver, as dinâmicas argumentativas desencadeadas pelo grupo focal atuam como mediação na produção de sentido a partir do momento em que os participantes passam a elaborar coletivamente o significado de sua própria participação na comunidade em que vivem e na sociedade como um todo. Afinal, essa participação é produto do esforço de cada um e de todos para alcançar uma definição de seu próprio lugar no mundo comum, de seu papel no espaço público e na interação que estabelecem com outros indivíduos grupos ou comunidades. Desse modo, as expressões repetidas que encontramos na fala dos adolescentes acima registrada demonstram a tentativa de partir de uma visão comum do mundo para explicar a realidade em que vivem. Contudo, quando essa realidade, tida anteriormente como modelo pré-estruturado inquestionável, no qual os adolescentes procuram, em um primeiro momento, se adequar e “se encontrar”, é questionada, há um esforço conjunto para romper a resistência enraizada em pressupostos e pré-conceitos.

Não desconsideramos o fato de que as dinâmicas que perpassam o grupo focal são marcadas pelo conflito e pela autoridade. Mas uma co-produção, seja de sentidos, de identidades ou de normas é sempre perpassada pela tensão entre hegemonia e resistência. Pesquisador e informantes desafiam-se mutuamente, surpreendem-se, desconfiam, intimidam-se, estranham-se e reconhecem-se. Contudo, a atividade dialógica do grupo focal expressa um desafio a ambos: construir conjuntamente conhecimentos e compreensões a respeito daqueles que dividem conosco um mundo comum, ainda que representativamente cindido.

Considerações finais

Este trabalho, ao adotar o grupo focal como metodologia de análise demonstrou a força do método, seu poder de motivar os sujeitos a entrarem na discussão do tema, expor suas opiniões e defender seus argumentos. Em nosso modo de ver, o intercâmbio de experiências e discursos enriquece o sentido de política como processo social cotidiano e não meramente institucional. Isso se torna particularmente relevante tendo em vista que a construção da identidade, o (re)conhecimento do outro como moral e politicamente igual, seguindo a perspectiva habermasiana, implica a participação na troca comunicativa para que cada um tenha a oportunidade de expor a si mesmo racionalmente e conquistar o respeito perante os demais.

Nos grupos focais, as opiniões são vistas enquanto construções em transformação, como produto de um processo dinâmico de interação e debate. Deste modo, a aplicação dessa metodologia ao estudo da recepção não se restringe à busca de uma interpretação, mas privilegia a processualidade intersubjetiva que a origina, bem como a incorporação que é feita dessas mensagens nos processos públicos de construção identitária, da produção e ampliação de entendimentos sobre o mundo e a realidade vivida e na reflexão sobre a prática cívica dos participantes.

Assim, ao escolhermos grupos já existentes que se reuniam periodicamente tanto na Barragem Santa Lúcia (BH) quanto no Morro Santa Marta (RJ), mostramos que a rede de conversações cotidianas que envolvem os sujeitos ultrapassa o espaço privado do lar, englobando espaços políticos de reflexão sobre a experiência vivida desses grupos. Afinal, as pessoas transitam por diferentes espaços que marcam sua trajetória rotineira de interação e conversação.

Os grupos focais realizados em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro revelam que as representações contidas em *Cidade dos Homens* não podem ser automaticamente transpostas para os contextos de vida dos participantes. Vimos que o debate desencadeado pela Série nos grupos de BH apontava que as representações não condiziam com a realidade vivida pelos adolescentes entrevistados. Contrariamente, os participantes do RJ reconheciam as cenas e situações como similares às suas experiências. No entanto, no decorrer da troca de pontos de vista, os participantes revelavam que mesmo aquelas representações que – sob o ponto de vista dos produtores – procuravam retratar um cotidiano multifacetado, não revelavam o que – sob o ponto de vista dos participantes – é a verdadeira pluralidade do cotidiano das favelas.

Vimos também o quanto a representação do morro está interconectada com o auto-entendimento dos moradores de favela. A preocupação com o olhar do outro, do morador do asfalto, nos permite afirmar que o sucesso da mobilidade simbólica depende tanto de um espaço público aberto à manifestação da pluralidade quanto de conversações cívicas travadas nos âmbitos privados de convivência. É claro que o “espaço da aparência” é marcado pelo desequilíbrio de poderes entre várias instâncias, sendo que os adolescentes identificam os modos operatórios da TV como obstáculo à visibilidade do lado positivo da favela e de seus moradores. Como desafiar, então, essas lógicas?

Durante os debates originados nos grupos focais os próprios adolescentes parecem apontar algumas possibilidades de resposta a essa pergunta. Tais possibilidades derivam do fato de que eles constroem a própria identidade colocando em dúvida o senso comum, desafiando conhecimentos antes tidos como inquestionáveis nos vários espaços de convivência em que se inserem. Eles desafiam o lugar a eles destinado no mundo comum e na esfera pública ao dizerem que querem visibilidade para suas ações, para o produto concreto de sua participação na comunidade em que vivem. Assim, o que os outros devem ver na televisão não é a favela ou seus moradores, mas o que é feito na favela por seus moradores. Isso pode permitir uma mudança de enquadramento e, conseqüentemente, dar origem a novas possibilidades interpretativas.

Referências

- ALMEIDA, H. B. de. 2003. *Telenovela, Consumo e Gênero*. São Paulo, EDUSC, 372 p.
- ANG, I. 1992. Living-room wars: new technologies, audience measurement and the tactics of television consumption. In: R. SILVERSTONE e E. HIRSCH (eds.), *Consuming Technologies: media and information in domestic spaces*. London, Routledge, p. 131-145.
- ARENDT, H. 1987. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 338 p.
- CANCLINI, N.G. 1999. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 292 p.
- CERTEAU, M. de. 1994. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- CECCHETTO, F.R. 2003. Galeras *funk* cariocas: os bailes e a constituição do *ethos* guerreiro. In: A. ZALUAR e M. ALVITO (orgs.), *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV, p. 145-165.
- ESTEVES, J.P. 2003. Identidades Sociais e Políticas de Reconhecimento. In: J.P. ESTEVES. *Espaço Público e Democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. São Leopoldo, Unisinos, p. 71-103.
- FISKE, J. 1994. *Media Matters: everyday culture and political change*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 282 p.
- FRANÇA, V.V. 2004. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: M. PEREIRA; R. GOMES e V.L. FIGUEIREDO (orgs.), *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro/Aparecida, Ed. PUC-Rio/Idéias e Letras, p. 13-26.
- GOMES, I. 2005. *Efeito e Recepção: a investigação do processo comunicativo em duas tradições de investigação sobre os media*. Rio de Janeiro, Editora E-papers, 258 p.
- HABERMAS, J. 1987. *The Theory of Communicative Action: Vol 2: Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Boston, Beacon Press, 457 p.
- HALL, S. 1997a. *Representation, Cultural Representations and Signifying Practices*. London, Sage, 400 p.
- HALL, S. 1997b. *Identidade Cultural*. Coleção Memo (Fundação Memorial da América Latina), Publicação do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL), 65 p.
- HALL, S. 2003. Codificação/decodificação. In: L. SOVIK (org.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 387-404.
- HANSEN, A.; COTTLE, S.; NEGRINE, R. e NEWBOLD, C. 1998. Media Audiences: Focus Group Interviewing. In: A. HANSEN; S. COTTLE; R. NEGRINE e C. NEWBOLD (eds.), *Mass Communication Research Methods*. New York, New York University Press, p. 257-287.
- JACKS, N. 1994. Televisão e Identidade nos Estudos de Recepção. In: A. NETO; J. L. BRAGA e S.D. PORTO (orgs.), *Brasil: Comunicação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Diadorim, p. 211-225.
- JACKS, N. 1999. *Querência: cultura regional como mediação simbólica*. Porto Alegre, UFRGS, 286 p.

- LEAL, O.F. 1986. *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis, Vozes, 133 p.
- LEAL, O.F. 1995. Etnografia de audiência: uma discussão metodológica. In: M.W. SOUSA (org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo, Brasiliense, p.113-121.
- LIVINGSTONE, S. 1992. The meaning of domestic technologies: a personal construct analysis of familial gender relations. In: R. SILVERSTONE e E. HIRSCH (eds.), *Consuming Technologies: media and information in domestic spaces*. London, Routledge, p. 113-130.
- LOPES, M.I.V.; BORELLI, S.S.B. e RESENDE, V.R. (orgs.). 2002. *Vivendo com a telenovela*. São Paulo, Summus Editora, 394 p.
- LUNT, P. e LIVINGSTONE, S. 1996. Rethinking the Focus Group in Media and Communication Research. *Journal of Communication*, 46(2):79-98.
- MARTÍN-BARBERO, J. e RESENDE, A.C. 2001. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 360 p.
- MORGAN, D. 1997. *Focus Groups as Qualitative Research*. London, Sage, 80 p.
- MORLEY, D. 1986. *Family Television: Cultural Power and Domestic Leisure*. London, Routledge, 178 p.
- MORLEY, D. e SILVERSTONE, R. 1991. Communication and Context: Ethnographic Perspectives on the Media Audience. In: K.B. JENSEN e N.W. JANKOWSKI (eds.), *A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*. London, Routledge, p. 149-162.
- MOSCOVICI, S. 1995. Prefácio. In: P. GUARESCHI e S. JOVCHELOVITCH (orgs.), *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 7-16.
- RINALDI, A. de A. 2003. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da Cidade do Rio de Janeiro. In: A. ZALUAR e M. ALVITO (orgs.), *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV, p. 229-323.
- ROCHA, S.M. 2005. Favela, soma de exclusões e assimetrias: em busca de uma mobilidade simbólica na cena midiática. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura/Journal of Communication and Culture*, 3:185-217.
- ROCHA, S.M. e MARQUES, Â. 2005. A interseção do processo comunicativo: o diálogo entre produção e recepção. In: XIV Encontro Anual da Compós, GT "Mídia e Recepção". Niterói, RJ. UFF, 1 a 4 de Junho de 2005. *Anais...* CD ROM.
- SILVERSTONE, R. 1994. *Television and Everyday Life*. London, Routledge, 197 p.
- SILVERSTONE, R.; HIRSCH, E. e MORLEY, D. 1992. Information and communication technologies and the moral economy of the household. In: R. SILVERSTONE e E. HIRSCH (eds.), *Consuming Technologies: media and information in domestic spaces*. London, Routledge, p. 15-31.
- WAGNER, W. 1995. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: P. GUARESCHI e S. JOVCHELOVITCH (orgs.), *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 149-186.
- ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.). 2003. *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV, 372 p.
- ZALUAR, A. 1985. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 265 p.
- ZALUAR, A. 1997. Inclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *RBCS*, 12(35):29-47.
- ZALUAR, A. 2004. *Integração perversa, pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV, 442 p.